

# Militar exige que STF e Congresso cumpram lei

O ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, almirante Arnaldo Leite, avisou ontem que "as Forças Armadas estão prontas para cumprir a lei e a ordem contra toda e qualquer pessoa que esteja descumprindo a lei, mesmo que esta pessoa seja um ministro do Supremo Tribunal Federal". O ministro negou, no entanto, que os militares estejam dispostos ao confronto institucional. "Não se trata de confronto, se trata de cumprimento da lei", afirmou. Para o ministro, o fato de o Supremo ter decidido por unanimidade aumentar os seus vencimentos em 11%, ao antecipar a data da conversão dos salários em URV do dia 30 para o dia 20, não quer dizer nada, "porque não há decisão soberana que descumpre a lei".

A sugestão do ministro do Emfa, que é apoiada por outros ministros militares, é que o presidente Itamar Franco não libere recursos acima dos previstos para quem estiver descumprindo a lei. "O que exceder, que no caso do STF é esse aumento de 11%, não poderá ser pago porque o Executivo tem de seguir a lei e quem não o fizer está sujeito a ser preso", afirmou o ministro. "Ninguém pode descumprir a lei, seja ministro do Supremo, deputado, senador, ministro do Exército, do Emfa, ou um simples funcionário", acentuou.

Para o ministro, esse tipo de atitude do Supremo, assim como a da Câmara, responsável pela derrubada de vetos presidenciais que li-

mitavam os salários de parte do funcionalismo, visa a desestabilizar o plano. "Se deixar de cumprir a lei, vira anarquia e af não dá", observou. O ministro Arnaldo Leite disse que a nota divulgada pelo Palácio do Planalto na sexta-feira à noite teve o apoio de todo o ministério. Apesar de apenas 13 dos ministros estarem presentes, o presidente Itamar Franco determinou ao ministro da Casa Civil, Henrique Hargreaves, que comunicasse a todos do teor da nota. Houve concordância geral.

Na próxima terça-feira, o presidente Itamar Franco volta a se encontrar com todos os ministros militares, durante almoço no navio-escola "Brasil", que está iniciando o ano de instrução. O Presidente, na opinião do ministro, será aplaudido pela tropa, por ter mostrado que o Governo não está indiferente à disparidade salarial entre os Três Poderes.

Apesar do tom de suas declarações, o ministro sustenta não haver possibilidades de intervenção dos militares na política. "O País está vivendo em uma democracia", lembrou. "A nossa movimentação mostra apenas que as Forças Armadas estão prontas para fazer cumprir a lei, na forma em que o Presidente decidir", completou. "Magistrado interpreta a lei, não pode descumprir lei", desabafou o almirante. Em sua avaliação os poderes são "distintos, harmônicos, independentes", mas devem respeitar uma medida provisória. "Só não vê isso quem não quer", resumiu.



Geraldo Magela



Arquivo



Ana Araújo

Leite propõe que Itamar não libere aumento

Gallotti garante que não há ilegalidade

Corrêa defende ação questionando o STF